

COTIDIANO, ESPAÇO E TEMPO DE UM ANTIGO BAIRRO PAULISTANO: TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE E A DIMENSÃO DO VIVIDO

Alúcio Wellichan Ramos*

RESUMO:

Este artigo procura discutir as diversas espacialidades de uma porção da cidade de São Paulo conhecida por Água Branca, procurando ressaltar a importância da interação constante entre a observação e análise empíricas e as teorias sobre a indústria e o urbano. Neste sentido, há uma tentativa de mergulho na dimensão do vivido para compreender de forma mais ampla a realidade objeto deste estudo.

O foco da discussão é o bairro e a sua concepção, o que, na verdade, é o ponto de partida da análise. Como tentaremos mostrar, o bairro aqui é descoberto e redescoberto, a partir do movimento inseparável do *espaço-tempo*. No entanto, tal movimento de suas espacialidades, que vão do rural (*localidade*) ao urbano (*porção imersa na metrópole*), passando pelo industrial (*bairro*), não pode negligenciar a dimensão do vivido.

PALAVRAS-CHAVE:

Bairro, cidade, metrópole, urbanização, modo de vida.

ABSTRACT:

This article tries to discuss some of the spacialities of a sector of São Paulo City, known as Água Branca. We will try to put in evidence the importance of the constant interaction between the empirical analysis and the theories about the industry and the urban. In this sense, there is a tentative to go deep in the lived dimension, in order to understand better the reality of this study. The focus of the discussion is the neighborhood and its conception, which is, actually, the starting point of the analysis. As we will try to show, the neighborhood is discovered and rediscovered, starting from the inseparable movement of the space-time. But the movement of its spacialities, which goes from the rural (*local*) to the urban (*portion immersed in metropolis*), passing through the industrial (*neighborhood*), can not council the lived dimension.

KEY WORDS:

Neighborhood, city, metropolis, urbanization, way of life.

I - Introdução

O ponto de partida deste artigo é a discussão sobre as transformações de um local da cidade de São Paulo, conhecido por "Água Branca", localizado em seu oeste próximo, o qual

tem sua gênese enquanto bairro paulistano vinculado ao início da industrialização da cidade no final do século XIX. Tal local, no entanto, deixa de ser um bairro a partir de meados do século XX, devido à combinação de um duplo processo:

* Mestre e Doutorando em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.
E-mail: aluisio@usp.br ou awramos@uol.com.br

por um lado, o avanço e transformação da urbanização, com a formação da metrópole, e, por outro lado, o recuo da indústria na área a partir de um processo de desindustrialização.

Iniciamos este artigo procurando, em primeiro lugar, fazer uma breve reconstituição histórica deste local, para em seguida tentarmos trazer a dimensão do vivido como um elemento de suma importância na compreensão do movimento histórico das espacialidades¹ deste local.

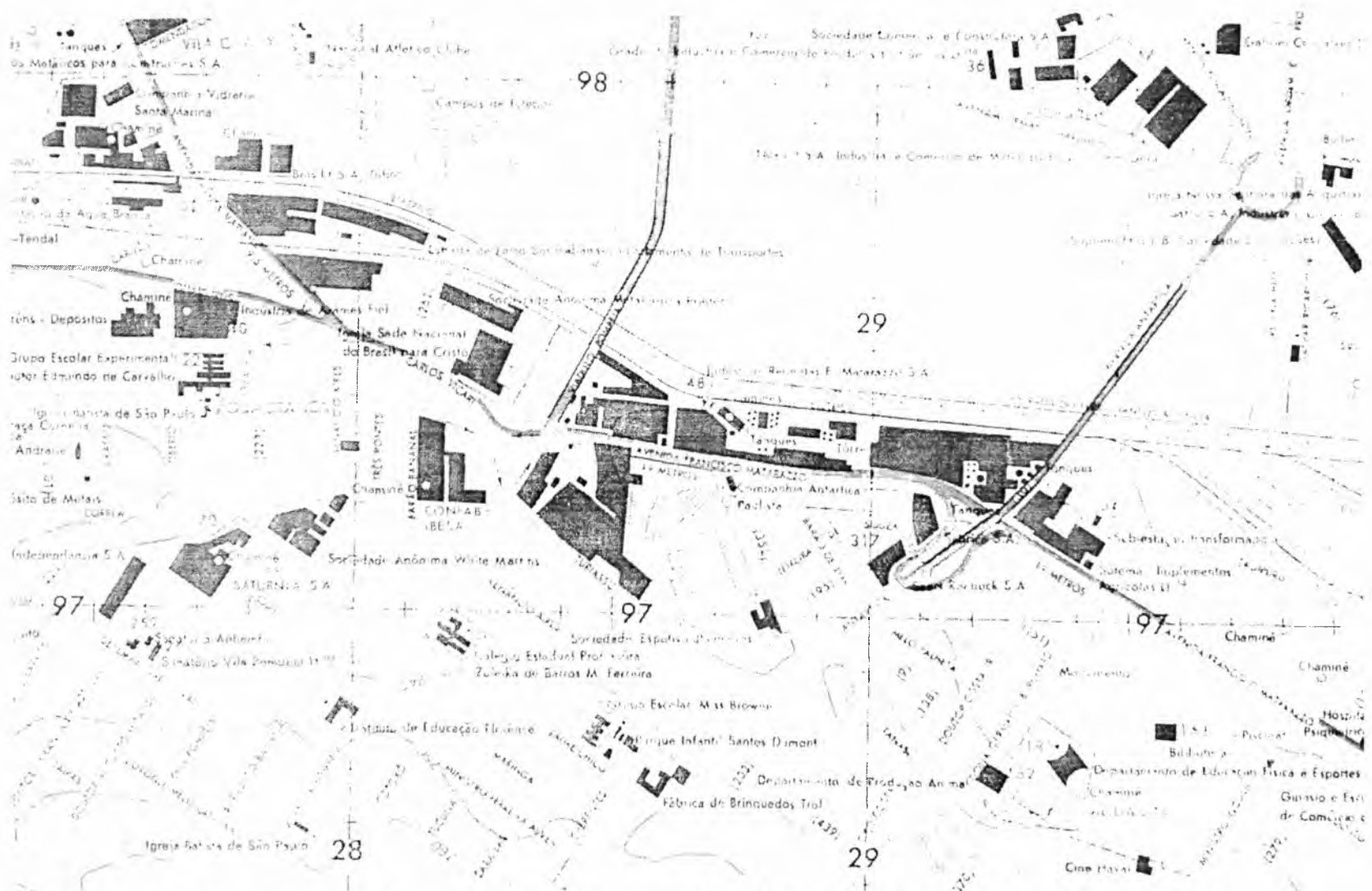
Cumpre esclarecer que toda a reconstituição histórica aqui realizada e a

compreensão desta história têm como ponto de partida o presente. A nosso ver, o passado só é potente para a compreensão da realidade presente quando analisado tendo como início o próprio presente, isso porque temos como base desta pesquisa o método *regressivo-progressivo*, que será elucidado mais adiante.

II - Um Local de Movimento

A Água Branca, tida numa concepção mais ampla², está situada administrativamente, em sua porção leste, no subdistrito de Perdizes, e em suma

Mapa I: MAPA TOPOGRÁFICO DA ÁGUA BRANCA E IMEDIAÇÕES - 1971



Mapa Topográfico do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo (IGGSP). Trecho da folha 4. Escala aproximada: 1:14.125

porção oeste, no subdistrito da Lapa. Localiza-se, portanto, no setor oeste de São Paulo, entre a Vila Romana a oeste (subdistrito da Lapa) e a Barra Funda ao norte e nordeste; ao sul, encontra-se com a Vila Pompéia (subdistrito de Perdizes) e a leste e sudeste com o bairro de Perdizes.

Sem nos preocuparmos com a infrutífera tarefa de estabelecer limites fixos, podemos dizer que a Água Branca compreende uma área (na verdade uma estreita faixa) ao longo do trecho final da Avenida Francisco Matarazzo (a partir das imediações da Avenida Antártica até seu término no Largo Pompéia), da Rua Carlos Vicari e do trecho inicial da Rua Clélia, seguindo ainda por um trecho dos arredores da Rua Guaicurus e da Avenida Santa Marina, a partir da Praça dos Inconfidentes.

O entendimento do local passa, necessariamente, pela reconstituição e compreensão de sua história e de sua inserção no conjunto da cidade. Nesse sentido, buscaremos fazer uma síntese da inserção da Água Branca na história da cidade de São Paulo. Com esse intuito, recuamos até meados do século XIX, momento no qual localizamos as primeiras menções à este local sob a designação de Água Branca, quando este espaço integrava os arredores rurais da pequena São Paulo, que contava por essa época com cerca de 20.000 habitantes.

A Água Branca como uma porção urbana da cidade (como bairro integrado à cidade) tem sua gênese por volta de meados da década de 1880. Por sua vez, é difícil precisar quando a localidade rural da Água Branca passou a ser denominada e reconhecida como determinada porção rural dos arredores do oeste do "município" de São Paulo. No entanto, pelo estudo retrospectivo que empreendemos, consultando variada série de mapas, cartas, croquis, documentos e textos, podemos concluir que essa porção oeste de São Paulo passou a ser conhecida como Água Branca por volta do início do século XIX, em algum momento de suas duas primeiras décadas, tendo aí se estabelecido um pouso de tropas, mencionado por viajantes (Auguste de Saint-Hilaire e Luiz D'Alincourt)³ em descrições de viagens em 1819/

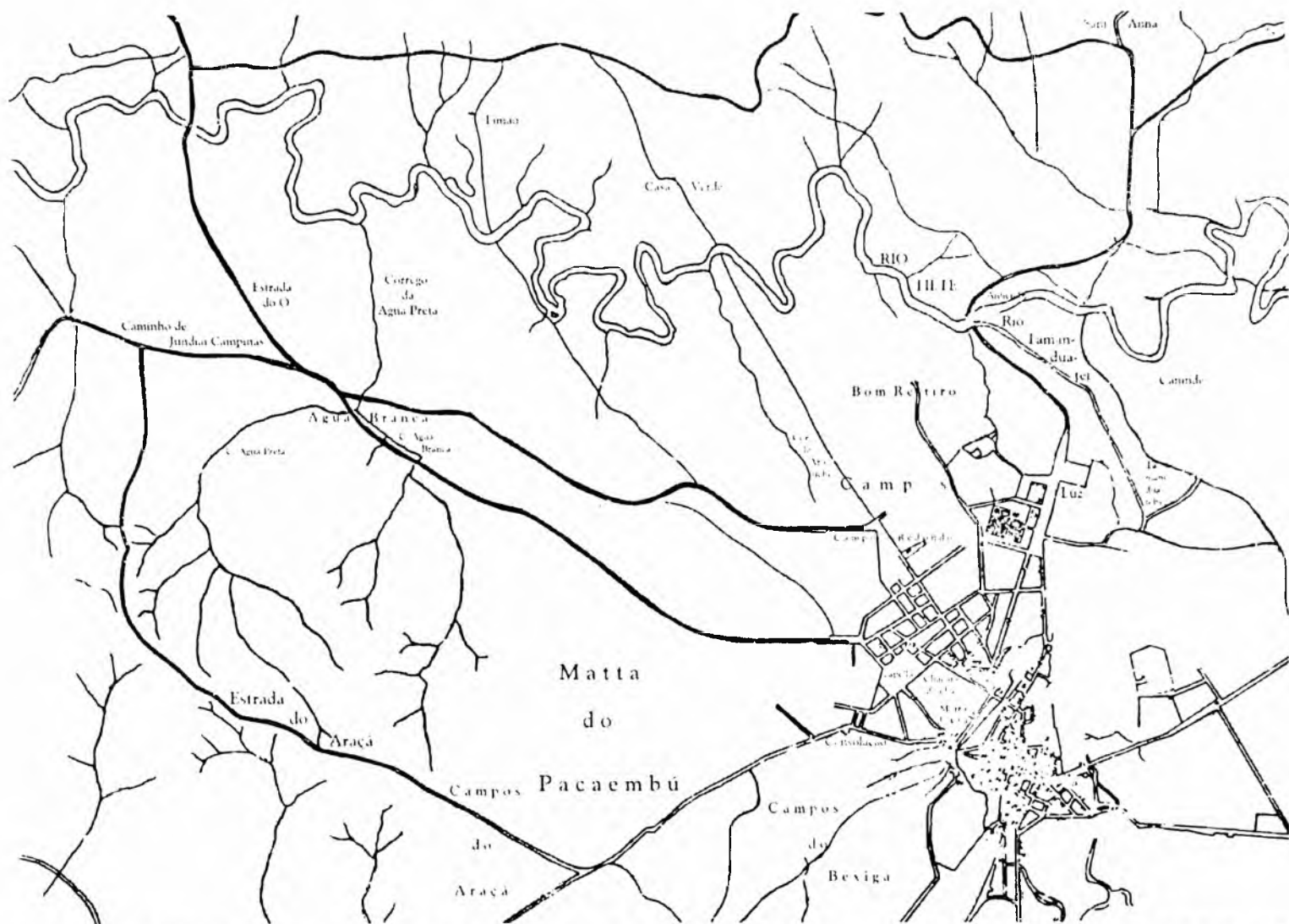
1821, além de ter sido constatada, algum tempo depois, a instalação de chácaras, que passaram a dar vida ao local.

O ponto principal que explica o surgimento da localidade (e suas funções – pouso de tropas e chácaras) é o fato desta estar situada às beiras do antigo caminho de Jundiaí⁴, o que desde logo lhe trouxe o movimento das tropas de muares que se dirigiam para a região de Jundiaí e Campinas e também para o núcleo colonial de Nossa Senhora do Ó⁵, uma vez que a estrada do Ó tinha seu início numa bifurcação a partir do antigo caminho de Jundiaí, exatamente no local denominado Água Branca⁶. Tratava-se, portanto, de um local de convergência de duas importantes estradas.⁷ Além disso, é importante salientar, que o núcleo inicial da Água Branca está situado em torno da confluência dos córregos da Água Branca e da Água Preta, confluência na qual situa-se hoje o Largo Pompéia, onde terminam as avenidas Pompéia e Francisco Matarazzo.⁸

Quanto às funções sócio-econômicas que a localidade desenvolvia antes de ser incorporada como bairro à cidade de São Paulo, podemos citar duas como as principais: o fornecimento de produtos primários à cidade de São Paulo, através de alguns sítios e chácaras formados ao longo do século XIX e o apoio à circulação extra-regional, através da existência de um pouso de tropas na localidade.

O mapa II, a seguir, é uma reconstituição geral de como seria São Paulo em 1840, feita por Frederico H. Gonçalves em 1937 e na qual vemos a Água Branca já figurar como uma localidade, a oeste da cidade de São Paulo na confluência dos córregos da Água Preta e Água Branca. Vemos também, passando pela localidade, as estradas de Jundiaí e do Ó. O ponto a oeste da dita confluência, de onde divergem as estradas é o local em que encontramos hoje a Praça dos Inconfidentes, também conhecido anteriormente como Largo da Água Branca. Como se vê, a designação "Água Branca" é bem anterior ao aparecimento do bairro e, portanto, à urbanização da área.

Mapa II: **RECONSTITUIÇÃO DE COMO SERIA SÃO PAULO EM 1840**



Fonte: GONÇALVES, Frederico H., São Paulo em 1840 – reconstituição geral feita em 1937, In: BARRO, Máximo, História dos Bairros de São Paulo: Nossa Senhora do Ó, v. 13, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1977, modificado por Aluísio Wellichan Ramos.

Vale insistir que a localidade era cortada por uma importante estrada, a de Jundiá/Campinas e ali ainda iniciava-se a estrada para a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, portanto um local de interesse para os chacareiros, na medida em que tinham a comunicação e o transporte facilitados.

No entanto, o interesse pela localidade passou a ser ainda maior quando da construção da antiga *São Paulo Railway*. A estrada de ferro, inaugurada no início de 1867, e que teve desde o seu princípio uma estação intermediária, entre Perus e Luz, na Água Branca, sem dúvida fez com

que diminuísse, até cessar, o movimento de tropas pelas estradas da localidade. Portanto, sua função de abrigar um pouso de tropas, provavelmente, logo chegou ao fim, antes do início (meados da década de 1880) daquilo que podemos chamar propriamente de bairro da Água Branca. Outra importante ferrovia concorreu para a ocupação da localidade, sobretudo para a formação do emergente bairro da cidade, a *E.F. Sorocabana*, inaugurada em 1874, situando-se paralela à *São Paulo Railway* neste trecho da cidade.

O mesmo processo não ocorreu com as chácaras que conviveram por algumas décadas

com o bairro nascente. Em realidade, as chácaras aumentaram a partir de 1870/80, não devido à instalação da ferrovia, mas ao crescimento demográfico da cidade de São Paulo. Segundo LANGENBUCH (1971), os "chacareiros portugueses" foram instalados "em áreas que estavam sendo difusamente ocupadas pela expansão urbana, tais como Água Branca, Vila Pompéia, Lapa, Tatuapé, Penha, Itaim-Bibi, Santana, Casa Verde, etc. Estes chacareiros produtores de legumes e verduras após 1920 passariam a se deslocar, em sua maioria, para áreas mais afastadas da cidade." (p.118)

De maneira explícita ou, por vezes, implícita, mostramos até aqui a importância das vias de circulação para a gênese da localidade. A conformação tanto da localidade, quanto do bairro nascente está vinculada aos caminhos. Se fôssemos classificar a Água Branca, quanto à forma, falaríamos em "localidade/bairro de beira de estrada". Este fato perdura de certa forma até os dias atuais, na medida em que, quanto mais nos afastamos, para o sul ou para o norte, das citadas vias (que formavam os antigos caminhos), mais distantes ficamos da Água Branca. Nos dias atuais, muito em consequência das características que apontamos até aqui, a Água Branca não tem uma área *core*, um coração, mas uma artéria, e quanto mais longe dela, mais longe do bairro. Por vezes, basta andar um ou dois quarteirões distanciando-se da artéria para que a Água Branca se mescle com outros bairros: Perdizes, Vila Romana, Vila Pompéia, Barra Funda ou Lapa.

A partir de 1870/1880, na localidade rural passa a se configurar o bairro da Água Branca no momento em que a cidade de São Paulo, impulsionada pela industrialização e pela expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, passa a crescer como se tivesse acordado de um sono profundo.⁹

A ocupação mais intensa da área, o parcelamento do solo através de loteamentos e o conseqüente início do processo de urbanização da área, dão-se a partir de 1880, com a instalação de inúmeras fábricas, em razão da disponibilidade de terrenos amplos, planos

e relativamente baratos e da presença das duas importantes ferrovias citadas, principal meio de transporte, sobretudo em âmbito regional, da época.

O ponto chave para o entedimento da formação do bairro nascente é a industrialização. Foi a instalação de inúmeras fábricas (dentre as quais grandes estabelecimentos para a época, como a *Cia. Antarctica Paulista* em 1885, a *Vidraria Santa Maria* em 1896, a *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* em 1920, entre outras) que levou à formação do bairro. Este abrigou, ao longo de sua história, variados tipos de indústrias, de diversos setores, porém, predominaram largamente as de bens de consumo não duráveis, indústrias típicas da primeira fase da industrialização na cidade de São Paulo durante o período aproximado de 1880 a 1930, ou seja, o do início do processo de industrialização, o qual, cumpre notar, vem acompanhado nesta fase por um intenso processo de imigração, o que concorre também para a ocupação do nascente bairro.¹⁰

Do final do século XIX até meados do século XX, a área vai industrializando-se e urbanizando-se, paralelamente ocorrendo a formação e o desenvolvimento do bairro e da vida de bairro. A partir de meados do século XX, no entanto, a urbanização assume uma nova dimensão, com a formação da metrópole paulistana.

Assim, com o avanço da urbanização, com a formação da metrópole, a Água Branca é "reincorporada" à cidade, assumindo novas funções, novas formas e conseqüentemente novas estruturas. A área é revalorizada em relação à cidade, ocorrendo um processo de desindustrialização e um paralelo avanço do setor terciário, isso em razão de inúmeros fatores que vão desde os macroeconômicos até às transformações significativas no modo de vida de seus habitantes, conforme veremos a seguir, processo esse pautado em larga medida na grande valorização imobiliária que vem ocorrendo no local.

III- O Movimento do Local – Água Branca: de Localidade a porção imersa na metrópole

Antes de avançarmos na compreensão das espacialidades da Água Branca é importante tecermos algumas considerações sobre a definição de bairro que utilizamos neste trabalho. Um primeiro ponto que deve ser levado em conta no que concerne ao bairro, é que este só pode ser definido a partir da cidade enquanto totalidade (LEFEBVRE, 1975). Ou seja, o bairro não existe enquanto uma unidade isolada e autônoma. Trata-se, pois, de uma "unidade sociológica relativa", que não pode ser tida como a base ou essência da vida urbana. Ao contrário, a base da vida urbana para LEFEBVRE (1975) é o centro. É a noção de centralidade que constrói, que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso, a centralidade é a essência da cidade. Assim, o bairro só existe diante da cidade, não podendo ser pensado dela desvinculado. Segundo SEABRA (mimeo), "a todos quantos vivam a qualquer distância do centro mas se reconheçam nele pertence a cidade."(p.2)

Por isso, o bairro não pode ser pensado de forma a-temporal, ou seja, ignorando a história da cidade, pois ele não tem um grau de realidade constante ao longo dela e sua existência histórico-concreta depende da conjunção de vários aspectos da sociabilidade de um local ao longo de um dado período¹¹. Daí afirmar LEFEBVRE (1975), que o bairro não é a essência da vida urbana, sendo uma organização espacial mais conjuntural do que estrutural. De acordo com SEABRA (2000: 11), "torna-se, portanto, necessário compreender qual é o estatuto do bairro na história urbana e porque tanto se evoca o bairro. Afinal, é preciso não deixar margem às ontologias e nem às nostalgias. Impõe-se compreender a historicidade do bairro."

Assim, os bairros terão graus de realidade diferentes para momentos diferentes de sua história, de acordo com as suas singularidades no interior de uma cidade. Lefebvre aponta algumas características e idéias que podem orientar o estudo metódico dos bairros: **a)** existem bairros que podem ser definidos como "uma pura e simples sobrevivência (que) se

mantém por inércia" devido ao peso da história; **b)** os bairros também podem ser tidos como "uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, assim como sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópoles. Mas não há cidade." **c)** O bairro pode ter "uma existência pela metade, simultaneamente para o habitante e para o sociólogo. Constituem-se relações interpessoais mais ou menos duradouras e profundas. É o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes." Ao bairro, corresponde, pois, "um equipamento mais ou menos suficiente e completo. Não só um monumento (igreja), mas uma escola, uma agência dos correios, uma zona comercial, etc. Um determinado bairro, desta forma, não é por si só auto-suficiente. O equipamento depende de grupos funcionais mais amplos, ativos à escala da cidade, da região, do país. A estrutura do bairro depende estreitamente de outras estruturas mais vastas: municipais, poder político, instituições." Porém, é ao nível do bairro que "o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano." (LEFEBVRE, 1975:201-202)

Por outro lado, o bairro também pode ser entendido como uma mediação entre o espaço privado (da casa, da família) e o público, entre a vida familiar e as relações societárias mais amplas. De tal forma que ele é o *locus* de uma sociabilidade intermediária, baseada em larga medida no compartilhamento de referenciais espaciais comuns, como o espaço do encontro, construído no nível da vida cotidiana.

Além disso, segundo Marcelo de SOUZA (1989), o bairro é definido, ao mesmo tempo, por uma existência concreta-objetiva e por uma existência subjetiva-intersubjetiva. Ou seja, o bairro é definido a partir de critérios objetivos, apurados objetivamente diante do espaço sensível e, simultaneamente, a partir de critérios que mergulham na intersubjetividade do grupo social que nele vive e o aceita enquanto bairro. Estas duas dimensões interpenetram-se, condicionam-se, não se separam e definem o bairro ao longo do processo histórico. Assim, segundo SOUZA (1989), "a rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética

entre o objetivo e o subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. (...) A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias", as quais estão compreendidas nos meandros que percorrem os diversos aspectos da relação dialética objetivo-subjetivo (p. 149). Sem esta interação mutuamente determinada (objetivo-subjetivo), os bairros ou são coisificados, pela objetividade extrema, ou, por outro lado, fantasmagorizados, através da subjetividade extrema.

SOUZA (1989) esclarece ainda que *"as pessoas inconsciente ou conscientemente sempre 'demarcam' seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais."* (p. 150)

Este breve entendimento sobre o bairro foi nosso ponto de partida para a busca da compreensão da realidade do bairro na localidade designada Água Branca. Nesse sentido, o bairro deve ser entendido como uma espacialidade que tem sua existência determinada pela relação dos processos históricos mais amplos com os processos sociais que ocorrem na escala local e portanto tem uma existência datada, ainda que resíduos dessa

existência, conforme discutiremos a seguir, permaneçam.

No entanto, se o bairro e a vida de bairro têm uma existência que é datada, isso quer dizer que existiram outras espacialidades que o precedem e outras que são posteriores à sua desestruturação. Quais são estas outras espacialidades? O que nos levou a constatar a real existência do bairro? Como ocorreu a gênese do bairro e o que explica a sua dissolução?

Tendo-se em mente a breve reconstituição histórica feita anteriormente, podemos concluir que este espaço, denominado de Água Branca, surgiu, num primeiro momento enquanto uma *localidade*, o que, nos limites deste estudo, significa, um espaço rural, amplo, no qual os poucos moradores estavam dispersos em fazendas, sítios e chácaras. O tempo era lento, o ritmo era mais ditado pela natureza, pela chuva, pelo sol. A despeito de provavelmente serem menos frequentes, devido as distâncias que separavam as famílias, as relações eram possivelmente mais pessoais (primárias). Além disso, tratava-se de uma localidade importante, na medida em que por ela passava uma das principais estradas que demandavam o interesse da Província. Era, pois, um local de movimento de passagem, de um último descanso antes de se chegar no centro da Capital da Província e dali seguir para o porto de Santos ou para a Capital do Império.

Não se trata de um espaço bucólico, calmo, livre de conflitos, mas de um espaço permeado de um tempo lento, que marca uma forma datada e específica de espacialidade: a da *localidade*.

Num segundo momento, a industrialização e a urbanização por ela induzida marcam uma nova passagem, que não é linear e tampouco isenta de novos conflitos e contradições. É o tempo da formação e da estruturação do *bairro*. Um bairro específico, que nasce com a industrialização, mas que permite uma determinada sociabilidade que podemos entender como associada ao sentimento de vizinhança, determinando uma outra forma

predominante de espacialidade: a do *bairro*.

O tempo, já não é mais o tempo lento da *localidade*, embora, persistam resquícios deste tempo lento de outrora. O tempo agora, é o tempo do apito das fábricas, do turno de trabalho ininterrupto, do homem que bate de porta em porta por volta da meia-noite para chamar, em suas casas, para o trabalho na fábrica, os operários que entram no turno que começa a uma hora da madrugada.¹² É o tempo rápido dos bondes lotados, do trabalho árduo e sem perspectivas, da corrida diária pela sobrevivência.

Terceiro momento: a desindustrialização, acompanhada pela intensa valorização dos terrenos da Água Branca e, sobretudo, a expansão da metrópole com a intensificação da urbanização, marcam um novo tempo e também uma nova espacialidade: a da *porção imersa na metrópole*. O bairro e a vida de bairro sucumbem diante da *explosão-implosão* da cidade e a partir do novo modo de vida e da nova sociabilidade engendrada pela intensa urbanização (LEFEVRE, 1991). Neste momento, *"a vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os 'habitantes') se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância."* (LEFEVRE, 1991:76-77). É o tempo de acentuação das relações impessoais, mediadas pela mercadoria, triunfo do capitalismo em sua fase monopolista avançada, do consumo em massa em templos fechados: os *shopping centers*. Sem dúvida que neste novo momento os conflitos não desaparecem e, como tentaremos mostrar ao longo deste item, mostram que as contradições do espaço são produzidas e reproduzidas constantemente pelo capital. GOTTDIENER (1997), em sua tentativa de propor uma teoria para a explicação da produção social do espaço urbano, entre outros pontos, também chega a mesma conclusão ao afirmar que *"a ação do espaço abstrato fragmenta todos os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada*

vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais outrora densas. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shopping centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos." (p.271-272)

O bairro e a vida de bairro que este suporta não resistem ao avanço da urbanização, a partir do momento que este processo passa a configurar esta imensa aglomeração urbana, a metrópole. Segundo LEFEVRE (1991), a cidade *explode*, ou seja, a sociedade urbana se generaliza, entra em todos os lugares e tende a se tornar universal. E ao mesmo tempo, ela *implode*, é destruída, restando apenas fragmentos dispersos. A cidade que se expande na explosão não é a cidade obra, apropriada pelos seus cidadãos, mas a cidade produto, a cidade do capital, aquela em que os valores de troca predominam sobre os valores de uso, uma cidade fragmentada, recortada, reconstruída sobre si mesma constantemente para maximizar a reprodução do capital. Ao comentar a obra de Lefebvre, KOFMAN & LEBAS (1996), sintetizam que suas análises sobre este tema, *"giram em torno da profunda contradição da desestruturação da cidade e da intensificação e extensão do urbano."* (p.18)

Diante disso, quando falamos da Água Branca enquanto *porção imersa na metrópole* como uma nova espacialidade, isto significa, além do mais, que tal espacialidade, ao contrário do bairro, não é mais individualizada com facilidade diante do todo (metrópole). A porção imersa não se comporta como um todo no todo, como o bairro. Trata-se simplesmente de uma fração, uma porção do todo, e uma fração que é composta de fragmentos. Claro que uma porção com características próprias, diferentes das outras porções que também compõem o todo metropolitano. O antigo bairro foi destruído, inclusive fisicamente, foi recortado por viadutos, grandes avenidas, muros, enfim, obras que a configuração da grande metrópole demandava. O

bairro foi assim recortado, fragmentado pelas obras demandadas pela metrópole e deixou de existir, pois perdeu sua vida.

Um outro nível de entendimento desta passagem do *bairro* a *porção imersa na metrópole* nos leva a pensar que houve uma centralização do antigo bairro. Ou seja, com o avanço da urbanização e a conseqüente configuração da metrópole, o centro "tradicional" se amplia, ao mesmo tempo que novos centros são produzidos. Como sabemos, o bairro só existe diante da cidade. Para haver bairros é necessário que haja um centro. Assim, a metrópole é policêntrica e, no caso da Água Branca, ao mesmo tempo em que o local deixa de ser um bairro, ele passa a ser parte do centro. Portanto, nesse caso, a *porção imersa* é centro, comportando-se sócio-espacialmente como tal.

No entanto, essas espacialidades datadas estão sobrepostas. Uma não significa o fim da outra. Ou seja, tanto a *localidade* quanto o *bairro* ainda permanecem como resíduos de tempos passados na *porção imersa na metrópole*. Em suma, o movimento do local¹³ apurado aqui revelou três espacialidades (pelo menos três momentos do movimento da história): a da *localidade*, a do *bairro* e a da *porção imersa na metrópole*.

No que concerne ao questionamento sobre a existência do bairro na Água Branca, pode-se concluir que este local vive o conflito e a contradição de ter sido um bairro, cuja gênese se encontra no final do século XIX, no sentido de ter tido vida de bairro, e estar atualmente imerso na metrópole, configurando-se como uma porção desta metrópole, não somente como porção física, mas sobretudo por causa das significativas mudanças no seu modo de vida, marcado cada vez mais pelo individualismo, pela impessoalidade e pela diminuição das relações face a face, etc.

O que possibilitou aqui este entendimento das espacialidades diversas e sobrepostas foi o método *regressivo-progressivo*¹⁴, proposto por Henri Lefebvre, e no qual procuramos nos apoiar. Em breves palavras, SEABRA (mimeo)

resume o preceito que está por trás deste método: "*o que existiu sempre existe, ainda que seja nos seus fragmentos.*" (p.4)

Tal método supõe os seguintes momentos: primeiro faz-se uma descrição horizontal da realidade presente, observando, ouvindo, levantando elementos, descrevendo, sem nos preocuparmos ainda com a análise das diversas temporalidades existentes e sobrepostas.

Num segundo momento, com os olhos do presente, voltamos ao passado para compreendê-lo, desvendá-lo, elucidá-lo. Trata-se do momento analítico-regressivo, que parte do preceito formulado inicialmente por Marx, de que "*o atual permite compreender o passado e a sociedade capitalista as sociedades anteriores, porque desenvolve as categorias essenciais dessa*"(LEFEBVRE, 1975:17)¹⁵ É neste momento analítico que procuramos compreender as diversas temporalidades da história que continuam presentes no atual, mas que datam de outros tempos. Trata-se, pois, de um mergulho vertical na realidade social. "O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica"(MARTINS, 1996:17).

O terceiro momento é o *histórico-genético*, "*no curso do qual o proceder do pensamento volta até o atual, a partir do passado já decifrado, apreendido em si mesmo.*"(LEFEBVRE, 1975:17) Daí, a partir deste reencontro com o presente já elucidado pelo realizado, pode-se entender o possível, o virtual (futuro). "*Tendências e virtualidades são sempre plurais, e o que é impossível hoje pode tornar-se possível no futuro e vice-versa.*" (KOFMAN & LEBAS, 1996:9)

Este método permite, como se vê, uma ampla compreensão da realidade vista em sua complexidade, não a partir de uma história da simples sucessão linear de fatos. O tempo não é definido somente por linearidades, mas também por seus desencontros e descontinuidades. Além disso, segundo LEFEBVRE (1997) esse método deixa lugar para estudos locais (como o aqui realizado), em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria geral.

Atualmente vivemos, segundo Henri Lefebvre, numa sociedade que tende para a urbanização completa, da qual ainda não conseguimos compreender bem a lógica e as contradições concretas, porque um "campo cego" se define, ou seja, olhamos para o urbano com os olhos e a perspectiva da sociedade industrial (sua antecessora). Assim, olhamos e não enxergamos o que está diante dos olhos na realidade sensível em sua turva transparência. (LEFEBVRE, 1999b) Daí, também, a dificuldade de entender o processo de desestruturação dos bairros, que nas condições atuais da urbanização transformam-se no que aqui denominamos de *porção imersa na metrópole*.

Agora, discutidos ainda que brevemente o método e a teoria que dão sustentação a esta pesquisa, é possível afirmarmos que é a *porção imersa na metrópole* que revela o bairro e as suas características, assim como a *porção imersa* e o bairro revelam a *localidade* rural. Como dissemos na Introdução, devemos partir sempre do presente. A regressão sempre parte do presente, em enorme complexidade.

Tais espacialidades (*localidade, bairro e porção imersa*) comportam-se, em realidade, como camadas superpostas, interpenetradas e, eventualmente, absorvidas umas nas outras. Essas espacialidades podem ser compreendidas a partir da teoria do *espaço diferencial*, segundo a qual "as diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais" (LEFEBVRE, 1999b:117).

Além disso, cumpre esclarecer que essas espacialidades diversas da Água Branca estão vinculadas a um movimento mais amplo (que se dá em escala planetária, não ao mesmo tempo e no mesmo ritmo em todos os lugares), decifrado por Lefebvre, que vai do rural ao urbano, passando pelo industrial. "Nesse percurso, (há uma) complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano" (LEFEBVRE 1999b:153). O espaço e a sociedade têm esse movimento, que

não se dá de forma linear, mas com passagens críticas (zonas ou pontos críticos), repletos de conflitos e contradições, além do que, vale insistir, tais passagens não se dão de forma absoluta, na medida em que a sociedade urbana sempre vai trazer consigo resíduos das eras industrial e agrária. "A cidade, sua explosão, a sociedade urbana e 'o urbano' em emergência, superpõem suas contradições às da era industrial e da era agrária" (LEFEBVRE, 1975:12).

Pois bem, tendo-se em conta a definição de bairro e a teoria exposta neste item, bem como a reconstituição histórica da Água Branca, propomo-nos agora, retomar algumas questões centrais expostas neste artigo, a partir do plano propriamente empírico, restabelecendo a discussão em outro patamar, ensaiando um mergulho no cotidiano. Isso porque é a perspectiva do cotidiano que irá fundamentar com mais clareza as descobertas deste trabalho.

IV- O Cotidiano como Base da Compreensão das Espacialidades

O cotidiano implica, ao mesmo tempo, no repetitivo e no criativo, na alienação e na desalienação, nas manutenções e nas possíveis transformações. Ambigüidades apenas aparentes, já que estamos debruçados num movimento dialético que revela a todo instante unidades de contrários. É, pois, na vida cotidiana que estão as possibilidades de apropriação do tempo e do espaço pelo cidadão. Simultaneamente o lugar da pobreza e da miséria, a cotidianidade revela a criatividade e a renovação incessante do homem. (LEFEBVRE, 1975)

Por isso, neste estudo, a dimensão do vivido tem importância fundamental para as conclusões a que chegamos no que diz respeito ao movimento das espacialidades da Água Branca, isso porque os espaços assumem diferentes significados e são diversamente utilizados pelos moradores/usuários em diferentes momentos históricos.

Daí a importância das entrevistas. Aliás foram os relatos de alguns moradores antigos da Água Branca que ajudaram de forma preponderante para a conclusão de que aquele

espaço foi durante um determinado período efetivamente um bairro, do qual, hoje, somente sobraram resíduos. Foram estes depoimentos também que nos ajudaram a compreender a dissolução do bairro e da vida de bairro e entender, portanto, a configuração da metrópole a partir das transformações nas relações sociais daqueles moradores que viram a passagem da Água Branca de bairro a porção imersa na metrópole.¹⁶

Assim, a diversidade, o caos aparente, as múltiplas formas, funções e estruturas que o espaço urbano nos apresenta diante dos olhos não podem ser entendidas somente como resultado de fatores naturais como o relevo, a hidrografia, o solo, etc., ou infra-estruturais como os equipamentos urbanos, as vias de circulação e seus traçados, enfim por aquilo que podemos chamar de espaço físico, seja produzido social ou naturalmente. Na verdade, tal diversidade é, sobretudo, resultado das várias formas de utilização desse espaço, bem como dos significados a ele atribuídos pelos moradores/usuários.

Também em José de Souza MARTINS (2000) encontramos sustentação para a abordagem aqui perseguida. Lembra este autor que *"a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. (...) O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta."* (p.13) Além disso, *"é no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da história. (...) A História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver a História"* (p.132-133)

Por isso, por mais cabível que seja a crítica ao fato de que a memória dos entrevistados mais oculta do que revela, na medida em que *"revela omitindo e deformando"*, é por meio dela que os sujeitos excluídos têm a oportunidade *"de fazer História. (...) Por meio da memória (idéias e lembranças) dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento."* (MARTINS, 1992:19) E conforme lembra BOSI (1979), na verdade,

durante o processo de relato da memória, *"sempre fica o que significa."* (p.27)

Enfim, de acordo com MARTINS (2000) é necessário dar voz ao silêncio, dando, assim, vida à História. Ou, talvez seria melhor dar ouvido às *"vozes do silêncio"*, que a nosso ver, são as que mais falam, porém são as menos ouvidas.

Antes deste pretendido mergulho no cotidiano, vejamos, brevemente, quais são exatamente os elementos que justificam a afirmação do movimento do local que propusemos anteriormente (*localidade, bairro e porção imersa na metrópole*), trazendo mais adiante trechos dos relatos dos moradores como importantes fontes.

Segundo SIMMEL (1967), a vida metropolitana nos remete à idéia de um espaço do indivíduo, do solitário imerso na multidão, tornando-se as antigas relações face a face mais residuais (não que tais relações de proximidade deixem de existir, mas não são mais predominantes). O que se impõe cada vez mais é a impessoalidade. Assim, hoje é possível fazer as compras do supermercado sem sair de casa, sem ter que ir à rua, este local inóspito, violento, feio e perigoso. Parece que o modo de vida metropolitano acentua de maneira brutal a oposição entre a rua e a casa, entre o público e o privado, entre o social e o individual. Oposições que marcam atualmente relações de sociabilidade bem diversas, espacial e temporalmente bem delimitadas.

A esse respeito SEABRA (mimeo) esclarece: *"A urbanização contemporânea entendida como processo de transformação qualitativa no modo de viver segue continuamente e coloca no horizonte a possibilidade de uma sociedade urbana. Nessa sociedade estariam profundamente alterados os modos de vida em relação a situações precedentes, pois, o sentido da urbanização tem conduzido ao domínio da impessoalidade implicando na alteração de todos os vínculos, na sujeição do tempo, do espaço, do corpo, aos ritmos e sentidos prescritos pela lógica do mercado. Tudo se compra, tudo se vende."*

Aqui entramos numa questão que consideramos de suma importância, a partir desta idéia das mudanças nos modos de vida, na medida em que não há dúvida de que a cidade de São Paulo, por exemplo, teve seu modo de vida profundamente alterado desde o final do século XIX (quando era uma cidade pequena) até os dias atuais (uma metrópole mundial).

Em primeiro lugar, para tentarmos compreender esta idéia, vejamos o que Simmel escreveu. Este autor, partindo da clássica oposição entre *comunidade* e *sociedade* formulada por Tönnies, caracteriza o modo de vida metropolitano e o sujeito metropolitano como alguém calculista, individualista, guiado por convenções e relações secundárias e impessoais. Em contrapartida, nas relações comunitárias, que são primárias, prevalece o consenso e há um rígido controle social. Estas se aproximariam do que Simmel mostra como mais marcantes dos pequenos grupos, onde os sujeitos têm um relacionamento emocional mais profundo, menos calculista, as pessoas se conhecem, são mais solidárias, compartilham de forma mais aguda o bem comum, há vínculos de vizinhança, enfim, tipo de relação possível numa pequena cidade, mas residual nas grandes metrópoles.

Pode-se dizer que Simmel utilizando-se da oposição entre relações comunitárias e societárias de Tönnies, formulou por aproximação a oposição entre os modos de vida nas pequenas cidades e nas grandes metrópoles. Como veremos, há também uma mudança significativa nos tipos de relações que se desenvolvem no bairro antes do processo de urbanização configurar a metrópole e o que chamamos de porção imersa na metrópole. Ou seja, no bairro, entendido como parte da cidade de São Paulo antes da consolidação da metrópole, encontramos, com mais facilidade, com mais predominância, relações sociais mais próximas das comunitárias e na porção imersa, ao contrário, as relações comunitárias são muito mais residuais. É claro que **não** estamos afirmando que o bairro é uma comunidade, no

bairro desenvolvem-se, é claro, relações societárias. A propósito, lembramos aqui, mais uma vez, a crítica à ideologia comunitária do bairro apontada por LEFEBVRE (1975), a qual procura separar o bairro da cidade, da sua totalidade e por extrapolação tem apenas sentido de idealismo político.

Também em MARTINS (1973) buscamos apoio para pensar a comunidade. Segundo este autor "*as objetivações do capitalismo, que aparecem sob o conceito de sociedade, não envolvem a totalidade das ações humanas nem definem todos os aspectos da vida coletiva.*" (MARTINS, 1973:28) Esclarece, ainda, que a noção de comunidade pode ser utilizada basicamente de três formas que podem se relacionar. Na primeira, enquanto um *conceito* sociológico que contrasta com o de sociedade e que traz as características apontadas anteriormente. Na segunda, enquanto uma *forma social utópica*, que não tem uma contrapartida real, mas que é supostamente captada pelo teórico, portanto, nesse sentido a comunidade só existe enquanto uma utopia. Por fim, a noção de comunidade pode ser vista enquanto um método, uma forma de investigação que leva em conta esta perspectiva utópica.

Assim, é importante insistir que "*é enquanto utopia que a comunidade estipula uma maneira de conhecimento da realidade e de contraposição ao presente. A utopia comunitária constitui uma perspectiva de avaliação da sociedade e das relações do grupo que a vivencia com a sociedade. A utopia 'explica' o todo, as relações e os seus resultados. A comunidade como unidade de investigação é, pois, constituída por essa perspectiva utópica.*" (MARTINS, 1973:36) É somente nestas condições, pensando na comunidade como uma utopia, que podemos utilizar os conceitos de *comunidade* e *sociedade* e fazer aqui a aproximação que propusemos anteriormente.

Além disso, tais oposições entre diferentes modos predominantes de vida não podem ser consideradas como uma evolução linear. Na grande metrópole há elementos comunitários, assim como há, na atualidade,

elementos do modo de vida metropolitano tanto nas pequenas cidades, quanto nas comunidades agropastoris, isso porque há uma coexistência das diversas formas de sociabilidade de maneira sobreposta; o que MARTINS (1992) chama de diversas temporalidades que são datadas, porém, contemporâneas e que aqui estamos chamando de espacialidades coexistentes. Magnani também ressalta, no que diz respeito às relações "societárias" e "comunitárias", a sua coexistência, notando que não existem espaços comunitários de um lado e societários de outro; na verdade, todos os espaços estão imbricados pelos dois tipos de relações. "*Trata-se de dois padrões, dois tipos ideais de interação social: sociedade implica relações secundárias, vínculos impessoais, visão racional, atitudes utilitaristas, enquanto comunidade evoca relações face a face, sentimento de solidariedade, obediência à tradição, rígido controle social etc. Relações 'societárias' e 'comunitárias' não constituem características exclusivas de uma forma determinada de organização social: coexistem, imbricam-se.*" (MAGNANI, 2000:47)

Em suma, diante do caso aqui abordado, como vimos, há resíduos da *localidade* tanto no *bairro* quanto na *porção imersa*, assim como há resíduos também do *bairro* na *porção imersa*. Tal sobreposição de diversas espacialidades torna-se um princípio explicativo fundamental das relações sócio-espaciais na Água Branca ao longo da história e torna possível também o entendimento mais amplo da complexidade da realidade presente.

Vejamos, pois, o que as entrevistas mostraram sobre a constituição aí de uma vida de bairro antes da consolidação da metrópole.

As palavras da Sra. Shirley Grané de Luca, nascida em 1936, cujo pai foi operário da *Vidraria Santa Marina*, ao referir-se à sua infância (quando morava na Praça dos Inconfidentes, numa casa que não existe mais, bem no início da rua Guaicurus e da avenida Santa Marina) mostra estas mudanças:

"Era uma delícia. Era assim, aqueles vizinhos que nós fazíamos festa na rua, era

um..., assim um ambiente divino. Então era assim, por exemplo, festa junina cercava-se a rua, pra fazer a festa junina na rua, cada um levava um prato, dançava-se na rua, vinha conjunto, era uma delícia, era uma coisa assim que unia. Todo mundo se conhecia, todo mundo ajudava uns aos outros. Era assim, a mamãe, por exemplo, ia ajudar uma vizinha que era, passava roupa pra fora, engomadeira, que falavam antigamente, e eu e o meu irmão íamos pra escola, íamos no Grupo Escolar. Quando a gente voltava do Grupo Escolar, ela às vezes não tinha terminado o trabalho, apesar de ser em casa pegada, a vizinha do lado nos dava almoço, e isso era uma constante entre a gente. Era um pessoal muito ligado, muito... (...) Aqui o bairro era assim; pelo menos onde eu morava era assim: se um pai ficava desempregado, o outro se matava pra arrumar um emprego pra ele. Coisa que ultimamente não existe. Não existe mais essa afinidade, mas a gente quando morava era uma maravilha. A amizade era... excepcional." (Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Outra entrevistada, Sra. Neusa Maria Isola D'allevo, cujo pai era um dos proprietários da *Serraria Água Branca*, nascida em 1938, na rua Guaicurus, onde morou até os dezoito anos e que atualmente mora na rua Padre Antônio Tomás, rua atrás da S.E. Palmeiras e próximo do Shopping Center West Plaza (ver mapa I), faz o seguinte comentário sobre a sua infância:

"A infância foi maravilhosa, porque era tudo tão diferente. (...) A gente sentava no portão, era aquela coisa deliciosa, você tinha a liberdade de sair na rua, de brincar, de pular corda... O meu neto não sabe o que é brincar numa rua. Ele foi assaltado há pouco tempo aqui nessa esquina (da rua Padre Antônio Tomás e rua Embaixador Leão Veloso). Ele foi até o jornaleiro, aí não deixaram ele sem roupa porque... Mas veio sem sapato, sem meia, sem blusa... Não dá mais pra deixar. Naquele tempo não, a gente sentava na calçada, cada um levava

a sua cadeira... As crianças brincando, os adultos batendo papo... Piqueniques era toda semana. (...) E na rua Guaicurus, no Cine São Carlos¹⁷, você ia pular carnaval, você conhecia todo mundo no salão, sabe? (...) Então todo mundo se conhecia. Hoje em dia eu não conheço mais ninguém.” (Neusa Maria Isola D’alveo, em 06/04/2000)

Lembranças semelhantes também são apontadas pela Sra. Shirley Bonini Paladino, filha de operários, que morou na rua Guaicurus e na Rua Duílio e que mudou-se no final da década de 1960 para a Rua Barão de Tefé, (ver mapa I) para um dos primeiros prédios da região, na esquina com a avenida Antártica.:

“Imagina que tinha até um homem que passava com as cabras. Toda manhã ele passava com as cabras pra vender o leite. Então ele tirava o leite da cabra na porta da gente, né? Hoje em dia você não vai ver nunca isso, né?” (Shirley Bonini Paladino, em 03/05/2000)

Outro entrevistado, o Sr. Joaquim Guedes, nascido em 1905 na região do atual Morro Grande, onde trabalhava em plantações de cana-de-açúcar e na produção de aguardente e que reside na Água Branca desde 1931, considerava o bairro como uma família¹⁸:

“Então nisso que nós vamos entrar agora com a Lapa. Trabalhei quatorze anos e meio na Polícia, como guarda civil. (...) Sabe que a Lapa é o lugar que tem menos ocorrências de crimes, de roubos, de tudo. Era uma família. Que honra seja feita à esse povo! (...) Essa família Lapa, é de paz, não é?” (Joaquim Guedes, em 12/07/2000).

Como pode-se notar, a solidariedade, o compadrio e o sentimento de vizinhança afloram de forma constante nas falas. Era importante ser um bom vizinho e estar bem relacionado com os outros. As oportunidades de participação e de convívio que alimentam a vida de bairro eram grandes, a rua era apropriada como local das festas, brincadeiras, encontros, conversas, etc.

Assim como constatou SEABRA (2000) ao estudar os bairros além-Tietê, também na Água Branca houve um incremento da sociabilidade da vida de bairro com o aparecimento do “futebol de várzea” e do cinema.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados também estão permeadas de referências às suas idas ao cinema e, muitas vezes, estas eram feitas em grandes grupos. Conhecia-se os donos dos cinemas e tais cinemas eram uma referência do bairro.

O cinema na cidade de São Paulo surge, ao que parece, de maneira dispersa por sua área. Mais tarde, é que eles deixam de estar nos “bairros”, concentrando-se na área central da cidade e em *shopping centers*. Atualmente, são poucos os cinemas que existem dispersos pela cidade em antigos bairros e podem ser considerados como resquícios.

O cinema da Água Branca era o *Cine São Carlos*, antigo *Cine Santa Marina*, montado inicialmente pela *Vidraria Santa Marina* e situava-se na rua Guaicurus.

Quanto ao futebol, inúmeros times existiram na localidade, tanto na várzea, quanto um pouco acima das linhas férreas na proximidades das ruas Guaicurus e Clélia. Os campos, que ficavam na grande várzea desocupada do Tietê, eram utilizados por diversos times que surgiam em grande quantidade. A maior parte deles teve duração curta, e apenas três destes times, surgidos no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, continuam a existir; dois deles tiveram sua origem vinculada a uma empresa. Um deles é o *Santa Marina Futebol Clube*, formado por funcionários da *Vidraria Santa Marina* e o outro é o *Nacional Atlético Clube*, antigo *São Paulo Railway Athletic Club*, formado em 1895 por funcionários desta ferrovia. O terceiro é o *Palestra Itália*, atual *Palmeiras*, que não só continua existindo, como transformou-se rapidamente num dos maiores clubes de futebol do país. Trata-se portanto de um caso bem específico, tanto por sua origem, vinculada à imigração italiana, quanto por sua trajetória.¹⁹

Outros times que existiram e que permaneceram na lembrança de alguns entrevistados foram o *Lapeano Futebol Clube* (lembrado com muito carinho como "O Lapeaninho" pela Sra. Edith Fragoso) e o *Jacaré Futebol Clube*, tendo sua origem ligada à empresa petrolífera de distribuição *Standard Oil (Esso)*.²⁰ BARCELOS (1983) ainda faz menção, além destes quatro times que poderiam ser considerados os principais, ao *Flor da Água Branca F.C.*, ao *Água Branquinha F.C.*, ao *Corinthians Pompeano*, ao *Rugerone F.C.* e ao *Estrella da Água Branca Foot-ball Club*.

Importante notar que o "futebol de várzea" tinha um duplo papel para o fortalecimento da vida de bairro, tanto por promover a sociabilidade, quanto por acentuar a identidade do bairro. Todos sabiam de onde eram os times, já que eram espacializados, tinham um lugar de origem e tanto os seus jogadores quanto os seus torcedores eram, em grande medida, do mesmo lugar.

Portanto, tanto o futebol, quanto o cinema, a rua, as festas, a solidariedade entre os vizinhos, etc., contribuíam no sentido de promover a vida de bairro. Segundo conclusão de BOSI (1979), "*São Paulo era familiar como a palma da mão quando as suas dimensões eram humanas. Seus velhos habitantes dizem: 'ali no Gasômetro, ali na ponte do Bom Retiro, ali na Estação', como se estivessem vendo tais logradouros, ali adiante... É com satisfação que dizem de muitos desses locais que 'ainda estão lá' "* (p.367)

Além disso, alguns dos entrevistados, trouxeram uma questão interessante: a da convivência de diversas classes sociais, no interior do bairro, dividindo os mesmos equipamentos, ainda que, dentro deste micro-espço social, houvesse uma clara hierarquização, ainda que não absoluta, de alguns espaços, havendo, pois, uma clara segregação sócio-espacial.

Pensando-se na porção ocidental do bairro, a oeste da avenida Pompéia, onde têm início as ruas Carlos Vicari-Guaicurus e Clélia, e onde localiza-se, mais ao norte, a estação Água Branca da estrada de ferro e a *Vidraria Santa*

Marina, enfim, na porção mais antiga do bairro, nota-se que havia uma hierarquização que era inclusive topograficamente marcada (ver mapa I).

O lado norte das ferrovias, onde está a estação da estrada de ferro e a *Vidraria Santa Marina*, ou seja, das estradas de ferro em direção ao rio Tietê, a parte mais baixa do bairro (*planícies aluviais sujeitas a inundações periódicas*), era considerado a parte mais pobre, onde havia uma grande concentração de fábricas e operários. O outro setor, ainda considerado dos pobres, mas com uma concentração, ao que parece, um pouco menor de operários, ficava da linha da estrada de ferro para o sul, até a rua Faustolo, numa pequena faixa que tem como centro a rua Guaicurus. Esta área é topograficamente um pouco mais alta, mas ainda considerada pelos moradores como a parte baixa do bairro. Por fim, o setor dos "ricos"²¹, a parte de cima do bairro, na faixa onde está a rua Clélia.

Na parte baixa, ou seja, a que inclui tanto as redondezas da *Vidraria Santa Marina* quanto a rua Guaicurus, nas imediações das ferrovias, as moradias eram, no geral, mais simples, havendo inclusive muitos cortiços. Além, é claro, das vilas de operários da *Vidraria Santa Marina*. Já na parte de cima, a saber, na rua Clélia, haviam casas maiores, com quintal, jardim na frente, espaçamento entre uma casa e outra, enfim, eram imóveis considerados bem melhores.

É importante deixar claro que tal divisão, inclusive a topográfica, não foi idealizada por mim, ela apareceu espontaneamente nas entrevistas e, como se verá a seguir, foi elaborada pelos entrevistados, em especial pela Sra. Shirley Grané de Luca, que nasceu e morou até os quatro anos na vila de operários da *Vidraria Santa Marina*, depois morou na Praça dos Inconfidentes, entre a rua Guaicurus e avenida Santa Marina até casar-se, quando foi morar na rua Clélia, ou seja, ela passou ao longo da vida por todos os setores do bairro, do pobre ao rico, subindo tanto na escala social quanto topograficamente²². Vejamos algumas passagens de seu depoimento:

"Mas era uma loucura. Não, era uma loucura a desigualdade. Dizem que atualmente você faz restrição a preto, a isso, a aquilo. Não. Naquela época a parte de baixo eram os pobres. A parte de baixo, era a parte de pobre. Onde eu morava (rua Guaicurus), eram os pobres. Aqui, a rua Clélia, eram os ricos. (...) Era a rua dos pobres e a rua dos ricos. Então, até pra você tomar ônibus, você era esnobado. Era incrível, se você saía da parte de baixo, onde a gente morava, pra parte de cima, pra rua Clélia, pra pegar o ônibus, era impressionante como você era esnobado. (...) Eu lembro que quando eu comecei a trabalhar na cidade, eu ia tomar ônibus na rua Clélia, e elas ficavam com aquele grupinho, fazendo caçoadas da gente. 'Ah, olha a roupa! Olha pra ela e vê se isso é jeito! Parece maloqueira' Sabe aquelas coisas que você acaba... (...) Até na missa, era coisa de doido o que a gente aturava. A gente às vezes ajoelhava e já ouvia os buchichos. Teve dias de eu levantar e falar: 'Vocês vieram à missa ou vieram pra reparar?' Porque, realmente, nós éramos um povo mais simples. E elas se achavam as donas do pedaço. (...) E você vê, depois que eu casei, que eu fui pra Clélia, é que eu comecei a fazer amizade com essa turma mais nojenta, como eu diria, né? (risos)" (Entrevistador: Então tinha a parte de baixo dos pobres e a parte de cima dos ricos... e aquela parte da Santa Marina, depois que passava a porteira das estradas de ferro?) Era pior ainda. Pior ainda. Lá era tido assim como favelado. Falava que morava na Santa Marina, era tido como a escória do bairro." (Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Dona Maria Lygia Suriano, que morava na rua Clélia, incluída na parte "rica" do bairro, ao ser questionada sobre a parte da Santa Marina, disse:

"Eu nem podia ir naqueles lados de lá! (Entrevistador: Mas dava pra falar que havia um lugar de ricos e outro de pobres ou acabava misturando?) Dava. Era bem...

Era bem separado. Era bem delineado." (Maria Lygia Suriano, em 23/03/2000)

Ainda no tocante ao lado norte das ferrovias, nas proximidades da *Vidraria Santa Marina*, a Sra. Neusa Maria Isola D'allevo, filha do proprietário, durante muitos anos, da *Serraria Água Branca* e proveniente de uma família tida como "uma das mais ricas do bairro" (Família Isola), ao ser questionada se ela conhecia ou freqüentava aquela parte respondeu que:

"Não. O meu pai era um pouco esnobe viu. Pra falar a verdade... Ele era um pouco esnobe. Ele não gostava que a gente tivesse amizade, porque era um pessoal muito simples, sabe, operariado. (...) Ele tinha um certo preconceito. (...) Mas lá na Santa Marina não era uma coisa bem vista.... ir pra lá. Também não sei te dizer por que. Só lembro que era... Não era uma coisa legal. (...) Era assim bem, sabe, essa coisa de indústria mesmo? Não tinha cara de bairro de moradia. Eram só casas de operários, de gente simples. Era muito, era muito simples ali." (Neusa Maria Isola D'allevo, em 06/04/2000)

Voltando ao "contraste" entre as ruas Clélia e Guaicurus, a Sra. Shirley Grané de Luca complementa:

"Eu era pobre. Era. Nós éramos considerados a ralé. Lá embaixo era o pessoal da ralé. Porque nós éramos gente mais de rua. Nossas brincadeiras eram de rua, ninguém tinha uma casa grande, suficiente pra pôr alguém dentro de casa. Então nós brincávamos aonde? Na rua. De queimada, barra manteiga, saía briga.... Era briga mesmo, era briga terrível, de pai ter que separar... Mas, passava aqueles cinco minutos, era todo mundo amigo. Agora a gente fala que existe gangue, antigamente era igual. Era a gangue daqui contra a gangue de lá, né? Se a turma de lá (Guaicurus) vinha pra Clélia, era um inferno. E se a turma da Clélia tentasse descer, não descia. (Entrevistador: E todo mundo sabia

diferenciar na hora, quem morava em que lugar?) Na hora. Na hora. Você sabia exatamente de onde vinha. Até dentro da igreja existia essa diferença. É incrível como existia.” (No interior da igreja São João Maria Batista Vianey, algumas cadeiras tinham os nomes gravados das famílias mais importantes e eram, pois, reservadas à elas.) (Shirley Grané De Luca, em 23/03/2000)

Por fim, a Sra. Neusa Maria Isola D’allevo, fala que as antigas casas de sua família na rua Guaicurus contrastavam com a simplicidade e a pobreza da rua:

“A nossa casa era considerada um palacete. (...) As únicas casas boas que tinham ali eram as nossas. A nossa casa não era pra estar na Guaicurus. Era uma casa pra rua Clélia naquela época, você entende? Porque ela destoava ali. São casas lindas, né, na época que nós éramos meninas ali. (...) Então era uma diferença muito grande, a nossa casa. As nossas casas destoavam do lugar. Agora, subia um quarteirão mudava a coisa. Na Clélia, na Coriolano. A Faustolo nem tanto... Tinha que subir dois quarteirões, né? (...) O tipo de pessoas que moravam (na Guaicurus) já era muito mais simples, as casinhas pequenas, e existem até hoje lá na frente. (Entrevistador: Tinham muitos cortiços?) Tinha. Tinha. Bastante. Na Vidraria tinha muito. Naquela rua Carijós, ali tinha muito. Perto da linha do trem tinha muito. Em frente de casa, eu me lembro, tinha uma família que morava num cortiço, né? Você falou ‘cortiço’, era um nome que eu nem lembrava mais. A gente entrava num portão e tinha um degrau alto, assim, cheio de portinhas... As pessoas moravam ali. Uma em cada cômodo. (...) Então não era uma vizinhança agradável, sabe? Não por causa das pessoas, mas eu digo de lugar, como lugar. Não era agradável ali. (Entrevistador: E na Clélia não tinha essa...?) Não. Não. Não tinha. Que eu lembre não.” (Neusa Maria Isola D’allevo, em 06/04/2000)

Como se vê, esta questão dos “ricos” de um lado e dos “pobres” de outro, de convivência e desta segregação sócio-espacial engendradas no cotidiano, era algo que podemos afirmar como mais uma característica da vida dos bairros industriais/operários. É o bairro que tal cotidiano é produzido da forma como foi relatado. Atualmente, não existe mais na Água Branca essa divisão tão nítida entre a parte de cima e os da parte de baixo, mesmo porque, os muros imaginários do antigo bairro industrial/operário foram derrubados pela urbanização, pela implosão da cidade, e outros muros apareceram. Além disso, a dita parte de cima, da rua Clélia, degradou-se muito, fazendo com que os “ricos” mudassem para os prédios próximos da S. E. Palmeiras e do Shopp Center West Plaza ou para outros bairros normalmente próximos, como Pompéia e Perdizes.

Por outro lado, contrastando com o antigo bairro, o novo modo de vida urbano próprio da metrópole também foi relatado pelos entrevistados, notando que é sempre ressaltada a questão dos que vêm de fora, os estranhos que vêm de longe e frequentam o local, como um espaço disponível e incorporado à grande estrutura metropolitana, da qual atualmente a Água Branca é uma porção. A vida de bairro ou “o bairro como uma família” como disse o Sr. Joaquim Guedes, já não é mais possível. A Sra. Neusa Maria Isola D’allevo tem as seguintes considerações nesse sentido:

“São Paulo pra mim é o máximo. Com tudo que nós temos de ruim, não é? Aqui mesmo, esse shopping (West Plaza) piorou muito a nossa qualidade de vida aqui. Aqui só tem moleque malandro, nessas ruas aqui. Dizem que foi o shopping que trouxe isso, né? Não sei se foi o shopping ou se... (...) O movimento de carro também. Assim, em época de Natal, Páscoa, Dia das Mães, dos Pais, isso aqui fica horrível. Mas eu digo, em questão de segurança, tem muita gente que roda pelo bairro. Vem muita gente da periferia pra conhecer o shopping. (...) Vem muita gente, de sábado, você vê os ônibus pararem ali na Francisco Matarazzo, desce

aquela multidão... É pro shopping. De todos os bairros. Como acontece no Shopping Norte. Os outros eu não conheço. O shopping Norte é um movimento terrível. Aqui de sábado também é.” (Neusa Maria Isola D’alveo, em 06/04/2000)

Dona Mirela Suriano, também aponta para o intenso movimento de rostos estranhos:

“Então você ia pra esquina, você sabia que tinha uma segurança, que você conhecia o dono do bar, você conhecia os diretores do clube (Palmeiras), você conhecia todos, sabe? Então você estava num lugar seguro... à vontade. Agora não. (...) Aliás teve muitos assaltos depois que construíram... Eu tenho a impressão que depois que fizeram esse viaduto (referindo-se ao viaduto Antarctica sobre as linhas férreas, inaugurado no início da década de 1970) e o West Plaza (inaugurado em 1991), a favela que tinha do outro lado, sabe, eles tiveram mais acesso pra cá. Tiveram muito acesso pra cá. Então o que acontece: a molecada fica pedindo dinheiro, tomando conta de carro, dentro do shopping, vieram todos da favela. Então, isso aqui, o ambiente deu uma piorada. Você olha as caras muito tortas e você tem muito medo e muito receio de andar por aqui (...) Eu acho que com o viaduto isso aqui deu uma boa caída. Porque o pessoal não tinha condições de vir pra cá, fácil. E com o viaduto eles tiveram, sabe? Veio todo povo pra cá.” (Mirela Suriano, em 14/03/2000)

Por sua vez, a Sra. Shirley Grané de Luca, que morou na rua Clélia até por volta de 1992, aponta como razão para as mudanças na rua a chegada do SESC Pompéia, que trouxe pessoas de todos os lugares, enchendo os pontos de ônibus de visitantes e as ruas de assaltantes, guardadores de carro, etc. Segundo ela:

“Na rua Clélia era divino morar, entrou o SESC, acabou com a Clélia. O SESC acabou com o bairro. (...) O pessoal vem de fora pra conhecer o SESC, né. Eu saí de lá porque não tinha mais condições de

morar.(...) A Clélia tava um desperdício, terrível, muito ruim. Eu era uma das pessoas que mais ligava pra polícia pra ir pegar drogado na porta. Era uma coisa impressionante. Depois que o SESC abriu, verdade seja dita, foi depois que o SESC abriu. (...) A gente não tinha mais sossego na Clélia. Eu estava predisposta a sair. (...) Porque não tinha mais condição de morar.”(Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Opinião semelhante foi dada por sua filha, Mariângela:

“No tempo que eu morei lá (rua Clélia), que eu morei lá desde um ano de idade até vinte e quatro anos, hoje, eu não teria coragem de morar lá com uma família. (...) Colocar meus filhos naquele ambiente!? Não dá mais. Lá tem muito bar, né, bar mesmo, boteco mesmo.(...) Chegou uma hora que não dava mais, com o SESC... daí o movimento foi terrível. Porque o SESC é aberto, né, ao público. Você não sabe com quem está lidando.” (Mariângela Grané de Luca, em 23/03/2000).

Importante notar nas falas das entrevistadas “a chegada do estranho”, do que vem de fora e que amedronta, que leva o antigo morador pra dentro de casa, o tira da rua e vai tornando a rua um espaço inóspito e a casa um refúgio, porque “você não sabe com quem está lidando.” Dona Mirela Suriano e sua mãe Maria Lygia Suriano, que moraram na rua Clélia até por volta de 1965, sustentam a mesma opinião:

“É, ali também piorou muito com o SESC, né? Aliás, a rua Clélia deu uma boa caída, porque era uma rua muito, sabe, classe A. Depois virou C, D, E, e agora já deve estar no F, porque a maioria das pessoas que moram ali mudaram, tem muita gente que mora ali na Clélia, que tem receio, porque moram sozinhos atualmente, né? E com o SESC, aquilo lá deu uma boa caída, né? (...) E a Praça Cornélia era uma praça que nós íamos

brincar, que era gostoso, né? Agora você não pode ficar. Agora não dá pra ficar ali na Praça Cornélia. Na minha época dava pra gente brincar, namorar, ficar, tudo ali. (...) Agora você vai lá, só tem bebum, só tem maloqueiro.” (Mirela Suriano, em 14/03/2000)

Como se vê, nestes últimos depoimentos que colocam a rua Clélia em questão, nesta transformação do bairro em porção imersa na metrópole, a rua deixa de ser apropriada como espaço do bairro, de suas sociabilidades específicas, como um espaço de convivência, do encontro, de intensificação dos vínculos de vizinhança para se tornar um espaço da metrópole, espaço privilegiado da circulação de pessoas, veículos e mercadorias, espaço de todos, daí a presença constante dos estranhos. Segundo LEFEBVRE (1999b), *“a rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo.”*(p.31) A função de sociabilidade da rua, de local de encontro tem desaparecido diante da urbanização atual, tanto quanto o bairro. A nova rua, local de tráfego de veículos, de comunicação entre os diversos setores da metrópole, passa a ter uma existência acima do bairro, recortando-o, fragmentando-o, contribuindo para a sua destruição. Às vezes novas e largas avenidas são construídas, destruindo o espaço construído que havia antes, mas, outras vezes, as mesmas ruas de outrora, que eram fundamentais para a formação e desenvolvimento da vida de bairro, tornaram-se mais tarde, na metrópole, as bases de sua destruição. Contraditoriamente, a rua que criou o bairro, também o destruiu.

Nesse sentido, uma das entrevistadas, a Sra. Léa Francesconi²³, nascida em 1948, na Água Branca, e que viveu a diluição do bairro, tem a visão clara da fragmentação do espaço e não vivenciou a antiga vida de bairro, a não ser como resquício. Vejamos um trecho de seu depoimento:

“Então, o que eu estava falando da Água Branca, é que eu acho que tem pedaços tão diferentes, né? A minha rua eu achava muito particular, né? Depois ela

foi mudando de cara também, né? Ficou mais passagem, mais do que o lugar das fábricas. Até porque as fábricas foram acabando. (...) Esses pedaços, né, o trajeto pela Praça Cornélia é uma Água Branca, né? Esse loteamento atrás do Palmeiras é outro, né? Essa parte da baixada, no limite com a Pompéia, onde tem o córrego, é outro. (...) Então tinham todos esses pedaços assim. Pra mim era um monte de pedaços a Água Branca. Depois da estrada de ferro, tem aquela Santa Marina, entre as duas estradas de ferro, né? Era um outro pedaço também. A Guaicurus era um outro, um outro mundo, né? (...) É muito interessante isso aí, de pensar nos pedaços.” (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Ao ser questionada sobre o papel da rua, sobre a convivência com os vizinhos, as brincadeiras de rua, ela nos disse que:

“Não vivi isso. Na minha rua era impossível, né? Não tinha isso. Acho que não tinha gente e não tinha calçada agradável pra isso. Não tinha, essa relação com os vizinhos não tinha, né? (...) Não tinha esse hábito. Brincava nos quintais, a gente tinha os quintais, mas na rua não. E mesmo o vizinho, sair na porta pra conversar, acho que até tinha uma coisa, mas já meio assim de... meio... de achar meio esquisito. Meio... ver pejorativamente isso, de chegar no vizinho pra fofocar. Coisa desse tipo.” (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Depois ela complementa seu relato a esse respeito fazendo uma comparação entre a Água Branca e uma pequena cidade do interior que costumava freqüentar:

“Porque depois que eu casei, na década de oitenta, no interior, a gente tinha... A gente ia pra Jaú, Itapuí... Itapuí era muito pequenininho, então tinha mesmo. Só era a rua. Então numa época bem mais, duas décadas depois, né, desse tempo que eu estava na Água Branca, no interior se tinha esse costume. De pôr a

cadeira na calçada e conversar com as pessoas, né? (...) Mas aqui não tinha. Não tinha, né?" (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Hoje, já não é mais possível colocar a "cadeira na porta de casa ao cair da tarde", porque o modo de vida metropolitano chama as pessoas cada vez mais para dentro de casa, para o espaço privado, para o espaço individual, para a frente da televisão. Os moradores, a partir desse novo modo de vida, recolhem as cadeiras da calçada, fecham as janelas e não compram mais no armazém da esquina (local em que encontravam os vizinhos e no qual mantinham, com o dono, uma relação de afinidade, confiança e até, de afeto). Hoje, diferentemente, as pessoas entram no carro e vão às compras num grande supermercado de uma rede transnacional ou num *shopping center*, locais privilegiados de consumo, onde não se conversa com o dono, encontrar um vizinho seria mera coincidência e tudo é organizado para potencializar o consumo.

Com relação ao SESC, é interessante notar como a questão pode ser lida de diversos modos e como há diversas contradições. O SESC, de um certo ponto de vista, é tido como um patrimônio do bairro, espaço privilegiado do lazer, da educação, ponto de encontro e tranquilidade, portanto, como algo muito bem vindo e bem aceito, sobretudo se levarmos em consideração que o SESC foi construído no lugar em que funcionava uma indústria (CONFAB/IBESA), tipo de atividade que normalmente é bastante repelida pelos moradores vizinhos. Por outros, ele traz o estranho, os "de fora", a bagunça, enfim, alteram negativamente o cotidiano, mais atrapalham do que ajudam.

Com esses depoimentos a idéia não é fazer uma apologia da vida de bairro nem afirmar que antes era melhor ou pior, mas mostrar que houveram mudanças e que o modo metropolitano de vida, independentemente de qualquer juízo de valor, implica mudanças profundas no espaço, eliminando aos poucos as possibilidades da vida de bairro. Atualmente, o individualismo, as relações distanciadas, a

indiferença com relação ao outro, a multidão que divide os mesmos espaços e onde os estranhos, os diferentes, os de fora são aceitos, isso porque a metrópole abriga a todos, estas são as características predominantes. Acrescenta-se a isso, a explosão no número de edifícios de apartamentos a partir de meados da década de 1960 e que foi acentuando-se com o passar dos anos, alterando não somente a paisagem, mas também aumentando consideravelmente o número de pessoas que dividem o mesmo espaço.

O aumento da população e o avanço do processo de urbanização começam a demandar uma série de obras de infra-estrutura, sobretudo viária, tornando a Água Branca um espaço da metrópole, integrado e para ela disponível.

A Sra. Shirley Bonini Paladino nos relatou suas impressões das mudanças que testemunhou:

"Bom, tinha a Sears aqui. Já tinha a Sears (no local onde foi posteriormente construído o Shopping Center West Plaza). Não tinha o Bradesco e era uma avenida... uma rua larga só (referindo-se à avenida Antarctica). Não era uma avenida cortada no meio (não tinha sido alargada e não tinha um canteiro central), não tinha o viaduto (viaduto Antarctica). Então depois é que foi se formando... Fizeram o viaduto, foi logo depois que eu mudei. Alargaram a avenida aqui. Aí começaram a fazer a Sumaré, que pra lá também era tudo mato. Começaram a fazer a avenida Sumaré. Nossa, era muito mato, era muito... Sabe? (com ênfase). Sei lá, a gente olhava era só verde. Agora a gente olha e é só prédios." (Shirley Bonini Paladino, em 03/05/2000)

Tendo-se esses depoimentos em mente, podemos retomar a noção de bairro discutida anteriormente com o intuito de melhor compreendermos o movimento das espacialidades da Água Branca que vai da localidade a porção imersa na metrópole.

Como vimos, o bairro é uma unidade relativa, porque faz parte de um todo maior que

é a cidade, mas ainda assim pode ser particularizado, ao contrário do que chamamos de porção imersa, que não se comporta como uma unidade, misturando-se mais facilmente com o todo e, por conseguinte, fica menos reconhecido como parcela individualizada do todo que é a metrópole.

A existência do bairro só ocorre se grupos sociais de forma objetiva e subjetiva têm o sentimento de pertencimento a determinado espaço. Em outras palavras, os grupos sociais devem existir e exteriorizar de alguma forma a questão do pertencer a tal espaço e é este sentimento de pertencimento coletivo que dá sentido e coesão ao bairro. Nesse sentido, segundo Pierre GEORGE (1983), "o morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão *de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro.*" (p.76)

Deve haver, portanto, o compartilhamento de determinados referenciais espaciais comuns para existir o bairro. Quando a urbanização começa a destruir tais referências e em não havendo uma forma de resistência coletiva por parte dos moradores (exceto alguns esboços de movimentos reivindicatórios, nenhum dos entrevistados participou ou ouviu falar de uma associação de moradores ou sociedade de amigos do bairro na Água Branca) o bairro deixa de existir. Referindo-se ao bairro, ainda que somente na sua dimensão física, BOSI (1979) conclui que "*só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva (parece ter sido esse o caso da Água Branca) os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes perdidas*" (p.370), o bairro é implodido, deixando apenas resíduos no espaço.

A esse respeito, SOUZA (1989) complementa afirmando que nos dias atuais (no quadro da cidade do capitalismo monopolista avançado), o bairro "*é um referencial compartilhado muito superficialmente pelos moradores. (...) A sobrevivência do bairro como*

algo mais que um referencial vazio, em que pesem as dificuldades e a diluição relativas da vida do bairro, se deve, em grande parte, à resistência variável dos diferentes segmentos sociais afetados." (p.151)

O bairro, tido em sua concepção de *locus* de sociabilidade, como o espaço do encontro, enfim da vida cotidiana, pode ser pensado como "*aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.*" (MAGNANI, 2000:32) Além disso, como fica claro pelas entrevistas, ele tem sua história e vida muito ligadas ao cotidiano. É, no nível da vida cotidiana que o bairro é construído. Ele pode, pois, ser considerado um espaço que traz a idéia de certos vínculos construídos cotidianamente.

O que se pode concluir, assim, no caso da Água Branca, é que este local vive o conflito e a contradição de ter sido um bairro, cuja gênese se encontra no final do século XIX, no sentido de ter tido vida de bairro, e estar atualmente imerso na metrópole, se configurar como uma porção desta metrópole, não somente como porção física, mas sobretudo por causa das significativas mudanças no modo de vida, marcado cada vez mais pela individualidade, pela impessoalidade e pela diminuição das relações face a face, etc.

No entanto, essa dissolução do *bairro* e o aparecimento do que chamamos de *porção imersa na metrópole* não se trata de uma transição simples e tampouco linear, pois a Água Branca enquanto porção imersa na metrópole mantém espacialidades/temporalidades datadas de outros contextos históricos. Uma visão ampla dos depoimentos dos moradores e as observações em campo permitiram entender que o bairro não existe mais enquanto unidade relativa predominante, mas continua existindo no interior desta porção imersa na metrópole, ainda que de maneira residual, como fragmentos. Em outras palavras, não existe mais no interior da metrópole, o bairro da Água Branca, mas existe o bairro (mesmo que

enquanto resquício ou resíduo) na cidade de São Paulo, como uma espacialidade datada e não mais predominante. De uma maneira geral e levando-se em consideração todas as discussões empreendidas aqui, no que diz respeito à definição de bairro podemos afirmar que a Água Branca não é mais um bairro, apesar do bairro não ter desaparecido totalmente, apesar dele continuar existindo no interior da metrópole.

A Água Branca, local identificado pelos seus moradores e usuários, onde todos se conheciam e tinham uma dinâmica própria e que podemos chamar de bairro é atualmente uma porção, uma área potencialmente disponível à metrópole como um todo. É como se suas fronteiras imaginárias tivessem sido derrubadas.

Depois desta discussão, podemos repensar a questão das transformações da rua e do bairro, também como decorrentes dessa dissolução da vida de bairro.

O *SESC Pompéia*, por exemplo, apontado como o deflagrador da deterioração da rua Clélia, por trazer os "estranhos", pode ser tido como um equipamento não do bairro, mas no bairro, ou seja, um equipamento que serve à metrópole e não somente ao bairro. Por isso, a Água Branca passa a receber muitos "estranhos", os "de fora", o que a torna muito mais imersa na metrópole do que um bairro no qual antigamente todos se conheciam, iam juntos à igreja e colocavam as cadeiras na calçada. E o *SESC Pompéia* aqui, é somente um exemplo entre outros que mostram esta mudança, esta inserção do local no modo metropolitano de vida.

Raciocínio análogo poderia ser usado para a compreensão das novas formas de sociabilidade, através do entendimento da inserção do *Shopping Center West Plaza*, inaugurado em 1991, empreendimento de grandes proporções que atende uma demanda metropolitana, localizado próximo da via marginal do Tietê. Além do *SESC* e do dito *shopping* a mesma lógica pode ser aplicada ao *Centro Empresarial Água Branca* (grande conjunto

de edifícios comerciais que estão sendo construídos na Av. Francisco Matarazzo); ao *Parque da Água Branca* que tem um público mais amplo do que os seus arredores, atraindo usuários de vários pontos da cidade, tanto de maneira regular quanto de maneira esporádica devido a exposições e feiras nele realizadas. Em suma, como se vê, não se tratam de equipamentos do local, mas da metrópole, estando estes simplesmente no local.

V- Considerações Finais – Industrialização, Urbanização e Bairro

O processo de industrialização é o indutor da urbanização que, no caso de São Paulo, transforma a antiga e pequena cidade na grande aglomeração de nossos dias, mudança que longe está de ser somente quantitativa, ela é, como vimos, qualitativa. Portanto, a industrialização é o processo indutor e a urbanização é o processo induzido. A vida urbana e a cidade eram qualitativamente distintas antes da industrialização. Assim, a indústria não cria a cidade e tampouco a vida urbana, mas é responsável por sua ampliação em escala mundial e sua transformação qualitativa. Não são a cidade e a vida urbana pré-industriais com suas características que explodem, que se generalizam, mas um novo urbano, um modo de vida submetido às exigências do processo indutor. As cidades industriais, tanto as novas, quanto as que já existiam e foram apoderadas pela indústria, são absolutamente distintas da cidade medieval e da cidade antiga. (LEFEBVRE, 1991)

Contraditoriamente, é com a urbanização induzida pela industrialização na cidade de São Paulo que surgem inúmeros bairros e que a vida de bairro na cidade se potencializa. Esclarecendo-se que não estamos nos referindo apenas aos bairros industriais, ou seja, aqueles que suportaram fisicamente a atividade industrial, mas a todos os bairros, com fábricas em seu interior ou não, mas que surgiram e tiveram impulso por conta da industrialização.

Segundo SEABRA (2000), "em todo o ocidente o bairro corresponde a uma espacialidade elementar, cujos nexos são a vizinhança, o

parentesco e o compadrio. Foi pela articulação destes três níveis que o bairro ganhou realidade, traduzindo-se como vida de bairro, produzindo profundos enraizamentos. Mas, não obstante ser o bairro um fenômeno pré-moderno, foi sob os impulsos da industrialização que a vida de bairro se tornou mais ampla, difusa, diversa e rica. (...) Além disso, a vida de bairro, impulsionada pela industrialização em São Paulo, foi levada a um extraordinário sincretismo, porque reuniu matrizes culturais muito diversas. Reuniu aos negros, brancos e índios, estes que estavam na origem da ocupação e do povoamento da região de São Paulo, a imigração estrangeira.” (p.12)

Portanto, este duplo processo de industrialização/urbanização, exerce um duplo e contraditório papel: primeiro ao formar e dar vida a inúmeros bairros e depois ao desestruturar tais bairros, tornando a vida de bairro apenas residual diante das novas espacialidades produzidas. ANDRADE (2000), ao estudar os bairros do Brás, Moóca e Belenzinho, também constatou que “o mesmo processo que integrava os bairros à cidade de São Paulo, dissolvia, desestruturava a realidade dos bairros industriais e operários das primeiras fases da industrialização paulistana.” (p.9)

SEABRA (2000) expõe claramente o vínculo entre a industrialização e a gênese dos bairros em São Paulo ao afirmar que “a industrialização é concentradora, maximizadora do uso do tempo e do espaço. Por sua lógica reúne aquilo que está disperso e potencializa enormemente o que reúne. Foi assim que os primeiros imigrantes, operários, artesãos de diferentes ofícios foram se estabelecendo em meio aos caipiras, relacionando-se com os caipiras sem mesmo disporem ambos, de uma língua comum. Mas por suas práticas fortemente enraizadas acabaram criando o **ethos** da vida de bairro.” (p.13)

Em suma, a industrialização, entendida como processo indutor da urbanização, foi a responsável pela formação dos bairros e, por conseguinte, da sociabilidade a este associada e, ao mesmo tempo, foi responsável por sua

dissolução. Uma desestruturação que, ao contrário de sua estruturação, não foi repentina, mas anunciada em sua gênese, pois a configuração da metrópole que se anunciava iria dentro de algumas décadas destruir a vida de bairro.

Foi nesse contexto que descobrimos não somente o bairro, mas o *bairro* como uma espacialidade deste local denominado Água Branca, o qual foi antes uma *localidade rural* e atualmente é o que designamos de *porção imersa na metrópole*. Tentamos mostrar tais espacialidades, não como se estas fossem separadas, desvinculadas, mas como um conjunto, uma antecipando e anunciando a outra, num imenso e complexo movimento da história, que se dá num pequeno local. Este foi o caminho seguido, sendo o ponto de partida a realidade presente. De seu questionamento surgiram as perguntas e hipóteses que nos fizeram recuar na história para a compreensão deste presente. Mas, tal recuo foi feito com os olhos do presente, do real, pois tempo e espaço não se separam, assim como teoria e prática. De tal forma que os caminhos da pesquisa (inclusive os que foram abandonados) e o método utilizado nos mostraram um bairro datado, compreendido em meio à complexidade não somente da história em que se inscreve, mas também diante da complexidade do espaço atual.

Quais serão as novas espacialidades que o processo de urbanização engendrará? O que acontecerá no futuro com a metrópole? Até que ponto a sociedade urbana efetivamente se generalizará por todos os espaços? Quais as conseqüências que acorrerão a partir de então? A Água Branca efetivamente vingará como um espaço terciário? Até que ponto e de que maneira se dá a sua (re)valorização no contexto da cidade? Estas são algumas questões que ficam em aberto sobre as quais apontamos apenas alguns indícios para uma futura investigação.

Notas

- ¹ Entendemos por "espacialidades" a coexistência de formas de organização espacial datadas de diversos momentos históricos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. A noção de espacialidade traz consigo a idéia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si, como objeto analítico, mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço *a priori*, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade. Nesse sentido, a noção de espacialidade, conforme definimos anteriormente, é mais potente como objeto analítico.
- ² Uma concepção mais ampla significa aqui, a mais abrangente, ou seja, aquela que engloba toda a área que possa ser ou ter sido um dia considerada sob a designação "Água Branca" Isso porque quando nos referimos à Água Branca não nos remetemos a um local definido política ou administrativamente, de forma que este não tem, portanto, limites fixos, sendo considerado de maneira muito distinta pelos diferentes grupos sociais que vivem em seus diversos espaços, em diferentes momentos de sua história.
- ³ As menções dos viajantes foi encontrada em: LANGENBUCH, 1971:37-38.
- ⁴ A atual cidade de Jundiaí já era um núcleo em 1615 e foi elevada à categoria de Vila em 1655. (PETRONE, 1995) Segundo Sérgio Buarque de HOLANDA (1957), em 1667. Jundiaí, "*a nascente Vila da borda da Mata, produzia e vendia aguardente de milho*". (p. 220). Em seu passado remoto, Jundiaí era uma Vila de onde partiam as bandeiras para Goiás. Segundo ABREU (1988), "*prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Moji das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí, Sorocaba, são todas anteriores a 1680. (...) Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiaí apontava para Goiás, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba.*" (p.45, grifos nossos).
- ⁵ Segundo PETRONE (1995), o núcleo de Nossa Senhora do Ó, teve seu início na primeira metade do século XVII, sendo a capela de Nossa Senhora do Ó de 1610.
- ⁶ A tal bifurcação ainda existe e é a atual Praça dos Inconfidentes, local onde hoje inicia-se a Avenida Santa Marina (antiga estrada do Ó), termina a Rua Carlos Vicari e tem início a Rua Guaicurus (as quais eram um trecho da antiga estrada de Jundiaí/Campinas). Por longo tempo, o núcleo de Nossa Senhora do Ó, tinha como principal meio de comunicação com o centro de São Paulo, o caminho de Nossa Senhora do Ó (por ser o caminho mais curto/direto), depois designado de Avenida Santa Marina (nesta última havia uma ponte de madeira que atravessava o ainda meândrico rio Tietê. Tal ponte foi desativada e extinta em 1956, após a construção da atual ponte da Freguesia do Ó, pouco mais a oeste). Assim, quem do núcleo do Ó se deslocasse para o Centro de São Paulo, passava usualmente pela Água Branca, seja enquanto localidade (uma denominação de um local que não era urbano ainda), seja enquanto bairro (mais ou menos a partir de 1880).
- ⁷ O caminho/estrada de Jundiaí (também estrada de Campinas), recebeu primitivamente os nomes de caminho da Emboaçava (possivelmente algo parecido com uma trilha) e depois, no bandeirismo, a denominação de caminho dos Goiazes. Com os tropeiros é que a estrada passou a ser conhecida como estrada de Jundiaí. A mesma estrada, com o crescimento da localidade da Água Branca, passou a ser conhecida, por um certo período, como estrada da Água Branca. Trata-se, atualmente, da radial formada pelas seguintes vias, do centro em direção a Lapa: Av. São João, Av. Francisco Matarazzo/Rua Turiassú, Rua Carlos Vicari, Rua Guaicurus, Rua Trindade e Rodovia Anhanguera.
- ⁸ De acordo com alguns mapas e através da observação da topografia da área, o córrego da Água Branca tem sua nascente nas colinas do Sumaré, na extremidade oeste do Espigão Central, próximo do início da Rua Cardoso de Almeida. Dali seguia, aproximadamente, pelo que é atualmente o canteiro central da Avenida Sumaré (*zona non edificandi*). Aliás, assim como o fundo do vale do

Água Branca foi aproveitado para a construção da avenida Sumaré, o vale do Pacaembú (Av. Pacaembú), o do Anhangabaú (Av. Nove de Julho), entre muitos outros foram utilizados também para a construção de avenidas. No término da Avenida Sumaré, na Praça Marrey Jr., o curso do córrego desviava-se para oeste, seguindo pela rua Turiassu, passando em frente à entrada principal do estádio Palestra Itália (da Sociedade Esportiva Palmeiras), encontrando o córrego da Água Preta, onde hoje está o Largo Pompéia. O córrego da Água Preta, mais ao ocidente do Água Branca, nasce no bairro do Sumarezinho, na altura da Rua Heitor Penteado e segue, canalizado, pelos bairros da Vila Anglo-Brasileira, Bairro Siciliano, Vila Romana, Vila Pompéia e Água Branca, passando por entre os edifícios novos do SESC Pompéia, até receber as águas do córrego Água Branca, no referido Largo.

⁹ O crescimento demográfico de São Paulo no final do século XIX e início do XX nos dá uma noção da "explosão" sofrida pela cidade: em 1872 a cidade tinha 23.253 hab., em 1886 passa a 44.033 hab., em 1890 passa a 64.934 hab., em 1893 passa a 192.409 hab., 1900 passa a 239.820 hab. e em 1920 passa a 579.033 hab. Segundo LANGENBUCH (1971), houve uma aceleração impressionante no ritmo de crescimento da cidade, bastando notar que no período de 1872 a 1886, "a população (...) praticamente duplica, conhecendo destarte uma ampliação relativa semelhante à verificada anteriormente no decorrer de um período três vezes mais longo. Com efeito, desde o censo de Müller realizado em 1836, até o ano de 1872, a população em causa se elevava de 12.356 a 23.253 habitantes." (p.77). (Dados obtidos em: LANGENBUCH, 1971 e MORSE, 1970).

¹⁰ Há inúmeros outros elementos importantes para a compreensão do processo de industrialização/urbanização de São Paulo, vinculados à macropolítica e à macroeconomia, cuja discussão seria inviável nos limites deste artigo.

¹¹ Segundo LEFEBVRE (1975), "a sociologia admite níveis de realidade, como também de pensamento; não há um 'tudo ou nada' de existência, de realidade, de coerência sociológica, mas uma extensa gama" (p.201).

¹² Tal situação ocorria na *Vidraria Santa Marina*, para evitar que os operários atrasassem para o primeiro turno do dia. Estes funcionários eram conhecidos

como "despertadores", eram os responsáveis pela pontualidade. Cf. BRANDÃO, op. cit., 1996, p.64 e relato da Sra. Edith Fragoso em 27/01/2000.

¹³ Local aqui é o modo mais genérico e "neutro" para nos referirmos à Água Branca.

¹⁴ Para a melhor elucidação deste método, ver, em especial: (LEFEBVRE, 1997, p.65-67); (LEFEBVRE, 1999 (b), p.33); (LEFEBVRE, 1975, p.17 e 61 a 76); (LEFEBVRE, 1999 (a), p.86); (MARTINS, 1996) e (KOFMAN & LEBAS, 1996, p.3-60).

¹⁵ Além disso, LEFEBVRE (1999b) em outro trabalho acrescenta: "Conhece-se o passado a partir do presente, mais do que o presente a partir do passado. **O que legitima uma historicidade sem historicismo.**" (p.72, grifos nossos)

¹⁶ Foram realizadas nove entrevistas, nas quais foram ouvidos moradores do bairro com idades que variaram entre 53 e 95 anos. O procedimento para o recolhimento dos relatos pessoais ocorreu da seguinte forma: elaboramos previamente um roteiro flexível, que servia somente para nortear as questões pelas quais gostaríamos de passar, com o intuito de termos alguns referenciais comuns para a comparação qualitativa entre os diversos entrevistados. Assim, a idéia principal era deixar o entrevistado conduzir a conversa. Procuramos, pois, fazer o mínimo possível de intervenções. Na medida em que a conversa ocorria, se as questões não fossem espontaneamente colocadas, aí sim, eram feitas. Todas as entrevistas foram gravadas e logo após transcritas integralmente para a análise.

¹⁷ O Cine São Carlos era o antigo Cine Santa Marina, montado pela *Vidraria Santa Marina*, em 1914, na rua Guaicurus. Atualmente no local funciona uma revendedora de pneumáticos.

¹⁸ Conforme já discutido, o bairro da Água Branca aqui é considerado de forma ampla e como foi visto, não há consenso no que se refere à designação de diferentes porções do bairro. Dependendo do lugar, ele é tido como Lapa, Barra Funda, Perdizes, Pompéia ou Vila Romana. Ao se distanciar de sua artéria central, a Av. Francisco Matarazzo, rua Carlos Vicari e rua Guaicurus, a designação "Água Branca" vai perdendo força. O Sr. Joaquim Guedes considera seu bairro como Lapa. Já sua antiga vizinha na Rua Duílio (travessa da rua Clélia que termina na Rua Guaicurus), Shirley Bonini Paladino, também entrevistada, considera seu bairro como

Água Branca.

¹⁹ Não cabe aqui uma análise extensa das especificidades do *Palestra Itália*, sendo importante salientar, entretanto, que este time surgiu de uma grande associação de imigrantes que envolvia, desde seu início, em 1914, a cidade como um todo. Era uma espécie de resposta dos imigrantes, que sofriam um grande preconceito por parte da elite paulistana, e que, ao se associarem, poderiam vencer a elite, representada por alguns clubes, notadamente o *Clube Atlético Paulistano*, dentro de campo. Tanto que, apesar do nome *Palestra Itália* e de seus fundadores serem italianos, muitos japoneses, espanhóis, etc., torciam para o *Palestra*, pois era o “grande time vencedor”, embora não o único, dos imigrantes. Portanto, o *Palestra Itália*, apesar de sediado na Água Branca não era um time do local, ele desde o princípio, foi um time da cidade toda, tendo muitos de seus torcedores, na Bela Vista, no Brás, na Moóca, no Belenzinho, enfim, nos bairros que abrigavam grandes quantidades de imigrantes, sobretudo italianos. (Cf. ARAÚJO, J. R.C (2000) *Imigração e Futebol: o caso Palestra Itália*. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP)

²⁰ O nome *Jacaré F.C.*, faz menção ao símbolo mascote

da empresa naquela época que era um jacaré. Este time foi lembrado pelo Sr. Hugo Francesconi e pelas Sras. Cecília Francesconi e Edith Fragoso.

²¹ Ricos são considerados, pelo que foi possível compreender, o que classificaríamos como sendo classes médias, formadas por pequenos e médios empresários, donos de estabelecimentos comerciais, profissionais liberais, pessoas com maior grau de escolaridade, enfim, por aqueles que possuíam um nível de vida melhor do que os pobres naquele determinado espaço, o do bairro. Este é o entendimento que faz com que os pobres, da parte de baixo do bairro, chamem de ricos os que moravam na rua Clélia e arredores, ou seja, na parte de cima.

²³ Atualmente a Sra. Shirley Grané de Luca mora no Bairro Siciliano, um bairro das proximidades considerado melhor que a Água Branca nos dias de hoje.

²⁴ Filha do Sr. Hugo Francesconi e da Sra. Cecília Francesconi, que eram proprietários da de uma torrefação de café e refinaria de açúcar, denominada *Santa Ifigênia*.

Bibliografia

ABREU, J. C. de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988, 164p.

ANDRADE, M. M. de. “Brás, Moóca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros “italianos” além Tamanduateí”. *Travessia – Revista do Migrante*, v. XIII, n.38, São Paulo, Centro de Estudos de Migratórios, 2000, p. 5-10.

BARCELOS, F. de. *Companhia Vidraria Santa Marina – 80 Anos de Sociedade Anônima / 90 de Vidro: a biografia de um monumento*. São Paulo, (mimeo), 1983, 274p.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979, 402p.

GEORGE, P. *Geografia Urbana*. Tradução Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução, São Paulo, Difel, 1983, 236 p.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. 2ª ed. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Edusp, 1997, 310 p.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio Editôra, 1957, 334p.

KOFMAN, E.; LEBAS E. “Lost in Transpositions – Time, Space and The City”. In: LEFEBVRE, H. *Writings on Cities*. Oxford/UK – Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1996, p. 3-60.

LANGENBUCH, J. R. *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971, 527p.

- LEFEBVRE, H. *De lo Rural a lo Urbano*. 3ª ed., Barcelona, Ediciones Península, 1975, 268 p.
- _____ *O Direito à Cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Editora Moraes, 1991, 145 p.
- _____ *The Production of Space*. Translated by Donald Nicholson-Smith, 8ª ed. Oxford/UK – Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1997, 454 p.
- _____ *A Cidade do Capital*. Trad. de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur, Rio de Janeiro, DP&A, 1999a, 180 p.
- _____ *A Revolução Urbana*. Trad. de Sérgio Martins, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999b, 178 p.
- MAGNANI, J. G. C. "Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole" In: MAGNANI, J. G. C. e TORRES, L. L. (orgs.), *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 2ª ed., São Paulo, Edusp/Fapesp, 2000, p. 12-53.
- MARTINS, J. de S. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, 222p.
- _____ *Subúrbio – Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*. São Paulo – São Caetano. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992, 363p.
- _____ As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____ *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13-23.
- _____ *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000, 201p.
- MORSE, R. M. *Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade à Metrópole)*. São Paulo, Difel, 1970, 447p.
- PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, Edusp, 1995, 396p.
- _____ As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____ *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13-23.
- RAMOS, A.W. "Desindustrialização na Metrópole Paulistana: o caso da Água Branca" *Revista GEOUSP: espaço e tempo*. n.º 10, São Paulo, Humanitas/EDUSP, 2001a, p.91-113.
- _____ *Fragmentação do Espaço da/na Cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. São Paulo, 1v. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ USP, 2001b, 196 p.
- _____ *Industrialização e Desindustrialização na Metrópole Paulistana*. São Paulo, 1v. TGI, – FFLCH/ USP, 1998, 270 p.
- SEABRA, O. C. de L. "Urbanização: bairro e vida de bairro" *Travessia – Revista do Migrante*. n. 38, ano XIII, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, 2000, p. 11-17.
- _____ (mimeo) *Memória, Cidade e Paisagem*. São Paulo, 5p.
- SIMMEL, G. "A Metrópole e a Vida Mental. trad. de Sérgio Marques dos Reis". In: VELHO, O. G. (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 13-28.
- SOUZA, M. J. L. de. "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política". *Revista Brasileira de Geografia*. n. 51, Rio de Janeiro, IBGE, 1989, p. 139-172.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em março de 2004.

